

DOIS PASSOS ADIANTE, ZIGUE-ZAGUE E QUEDA**TWO STEPS AHEAD, ZIGUE-ZAGUE AND FALL***DOS PASOS ADELANTE, ZIGUE-ZAGUE Y CAIDA****André Singer**

Doutor
Departamento de Ciência Política
Universidade de São Paulo
Brasil
avsinger@usp.br

Texto recebido aos 08/08/2018 e aceito para publicação aos 30/12/2018

Resumen:

A partir de los debates establecidos en el seminario "La izquierda en el presente: Diálogos América Latina y Europa", realizado en la Universidad de Brasilia en octubre de 2017, este texto presenta una síntesis de los principales hallazgos de investigación realizada por el autor entre 2012 y 2017

Palabras clave: izquierdas mundiales. las disputas políticas. América Latina. Brasil

Resumo:

A partir dos debates estabelecidos no seminário "A esquerda no presente: Diálogos América Latina e Europa", realizado na Universidade de Brasília em outubro de 2017, este texto apresenta uma síntese dos principais achados de pesquisa realizada pelo autor entre 2012 e 2017

Palavras-chave: esquerdas mundiais. disputas políticas. América Latina. Brasil.

* Seção conclusiva (com pequenas modificações) de André Singer. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo Companhia das Letras, 2018.



Abstract:

From the debates established at the seminar "The Left in the Present: Dialogues Latin America and Europe", held at the University of Brasilia in October 2017, this text presents a synthesis of the main research findings made by the author between 2012 and 2017

Keywords: world lefts. political disputes. Latin America. Brazil

Este texto procura oferecer uma breve síntese dos principais achados de longa pesquisa realizada por mim entre 2012 e 2017.

Trata-se de uma análise que tem como ponto de chegada o impeachment de 2016. Nada do que ocorreu depois é considerado aqui. Em benefício da fluência, os elementos empíricos que sustentam a presente síntese foram omitidos. Recomenda-se ao leitor interessado na comprovação dos argumentos a leitura de "O lulismo em crise", de modo a avaliar o embasamento de cada um deles.

Para entender por que a presidência Dilma Rousseff começou de maneira tão auspiciosa e terminou com o lulismo aos pedaços, é preciso separar em duas etapas a trajetória de 2011 a 2016. A primeira fase, que vai até meados de 2013, é marcada por altos índices de popularidade da presidente em sua tentativa de realizar os ensaios desenvolvimentista e republicano. Fruto da maioria lulista consolidada desde 2006, a ex-titular da Casa Civil tinha ganhado a eleição presidencial de 2010 no embalo de um "sonho rooseveltiano", projeção ideológica nascida do sucesso dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-10), e procurava acelerar os tempos do lulismo. No intuito de executar os ensaios desenvolvimentista e republicano, a mandatária, no entanto, afastou-se bastante

das orientações ministradas pelo próprio Lula.

Em consequência, o período Dilma desequilibrou duas vigas estruturantes do arranjo lulista: a relação com o capital financeiro e com o que denomino "partido do interior" (PMDB). O capital financeiro constituía uma das duas coalizões — a rentista — cuja dinâmica Lula arbitrou nos seus mandatos (a outra era a coalizão produtivista). O partido do interior conformou a principal aliança política do governo lulista a partir de 2007, razão pela qual o presidente do PMDB, Michel Temer, converteu-se em vice-presidente da República. Entre o segundo semestre de 2011 e o final de 2012, os desenvolvimentistas liderados por Dilma conseguiram implantar o que ficou conhecido como "nova matriz econômica", cujo eixo era a redução dos juros para financiar a produção. Embora o crescimento do PIB tenha sido baixo em 2012, seguindo a tendência mundial, houve alguma reação em 2013. A partir de abril daquele ano, contudo, o BC, em desacordo com a nova matriz, iniciou um longo ciclo de alta dos juros que, na prática, minou o projeto de reindustrialização do país.

Contudo, a insistência de Dilma nas políticas de desenvolvimento permitiram continuar a melhora da condição de vida dos muito pobres e a ascensão dos pobres à situação de nova classe trabalhadora,

processos que haviam começado no período Lula. Não houve erradicação da pobreza, uma vez que os antigos miseráveis se tornavam “novos pobres”, mas ao final de 2014 a perspectiva de ter um país sem miséria, lema escolhido para aquele mandato, efetivamente despontou no horizonte. Para isso, entretanto, a economia precisava continuar a crescer. O crescimento não só permitiria alcançar uma situação em que a miséria se tornasse residual, como também diminuir o número de pobres, que ainda representavam quase um quarto da população. A redução da pobreza durante o lulismo foi menos significativa do que a da miséria, porque se trata de uma longa escada. À medida que os pobres subiam um degrau, chegando à condição novos trabalhadores, eram substituídos por novos pobres, ex-miseráveis que também haviam subido um degrau.

A passagem direta da miséria para o setor intermediário, aquele em que a pobreza é substituída, no mínimo, por uma vida modesta, mas digna, deve ter acontecido apenas em casos minoritários. A imagem do miserável levado diretamente à condição média, embora estatisticamente encontrável, corresponde mais ao universo da propaganda do que ao da realidade. Não obstante, a significativa expansão do emprego para postos de base com carteira assinada, puxando os pobres (não os miseráveis), em geral jovens, para o status de empregados com direitos, fez uma diferença social relevante. Grande parte desses jovens trabalhadores, contudo, foi absorvida pelo setor de serviços, com

baixos salários e rotatividade crescente. E, ao contrário dos seus pais, a nova geração tinha acesso ao ensino médio, que tendeu a se universalizar. Por meio do Prouni, da expansão do Fies e do ensino superior público, o governo federal oferecia, também, cada vez mais chance ao jovem trabalhador de chegar à universidade.

Por outro lado, a frustração de obter um diploma universitário e não ter o que fazer com ele, dadas as características do mercado de trabalho, começou a emergir.¹ Assim, o lulismo propiciava a expectativa de que acelerasse o próprio passo, para que o mercado absorvesse a nova classe trabalhadora em condições mais parecidas às da classe trabalhadora organizada, gerada no período da industrialização (1930-80). Diz Tocqueville: “Não é sempre indo de mal a pior que se cai em revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que suportara sem se queixar, e como se não as sentisse, as leis mais opressivas, rejeite-as violentamente assim que seu peso diminui”.² O ensaio desenvolvimentista de Dilma procurava responder, também, a esse problema crucial.

Na vereda política, o ensaio republicano tirou do PMDB múltiplos e importantes recursos. O mais importante, porém, ocorreu no começo de 2012, quando Dilma demitiu da Petrobras os três diretores da estatal que, dois anos depois, apareceriam implicados no escândalo da Lava Jato. Pela capacidade de alavancagem envolvida, a mudança na Petrobras foi a pedra de toque do ensaio republicano, como

¹ Pesquisas de campo realizadas entre 2010 e 2016 pelos pesquisadores Caetano Patta, Caio Marcondes, Camila Rocha, Henrique Costa, Maria Leticia Brito, Thais Pavez e Vinicius Valle, sob minha orientação, deixavam isso claro

² Alexis de Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Edipro, 2017, p. 181. Agradeço ao professor Gabriel Cohn por ter me alertado para o raciocínio de Tocqueville

a queda dos juroso foram do ensaio desenvolvimentista.

Em resposta, o partido do interior, particularmente a sua fração atuante na Câmara dos Deputados, dedicou-se a preparar um cerco para quando a presidente estivesse enfraquecida. O impeachment de 2016 confirmou o ditado segundo o qual a vingança é um prato que se come frio, pois começou a ser articulado pelo PMDB da Câmara muito tempo antes de sua execução.

Nesse processo, o inimigo mais visível de Dilma foi Eduardo Cunha. A trajetória do então deputado, desde a nomeação para a presidência da Telerj durante o governo Collor (1990-2) até o pedido do Ministério Público de 386 anos de prisão por corrupção passiva e ativa, prevaricação e lavagem de dinheiro no começo de 2018³, é uma das mais fascinantes da galeria de personagens da velha política brasileira. Seria preciso ter mão de escritor para narrar a ascensão irresistível do homem que chegou a Brasília em 2003 e, em uma década, galgou sucessivamente os postos de presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, líder do PMDB e presidente da Casa.⁴ O financiamento das campanhas dos colegas era a especialidade de Cunha, conseguindo reunir ao redor de si, talvez, nada menos que duas centenas de seguidores na Câmara. A montagem de Cunha tinha sido denunciada por Ciro Gomes em 2009, mas nada foi feito para detê-la até Dilma chegar ao Planalto.

A segunda fase do período Dilma começa em junho de 2013. Depois das potentes manifestações daquele mês, a presidente perde apoio na sociedade. Em poucos dias, a sua aprovação cai de 57% para 30%, nunca mais voltando ao patamar anterior. Junho somou insatisfações diferentes e funcionou como apito da panela de pressão sobre o lulismo. A nova classe trabalhadora desejava romper o teto de ascensão social que a bloqueava numa condição melhor que a anterior, mas longe de ser satisfatória. A classe média tradicional engajava-se na hostilidade à corrupção e ao inchaço do Estado que, supostamente, favoreceriam o desvio de recursos públicos para finalidades de aparelhamento político. A encruzilhada de junho desorientou Dilma. Embalada pelo sonho rooseveltiano, a presidente parecia esperar um reconhecimento universal, como o de Lula em 2010, o que seria impossível nas condições vigentes. O “milagre” lulista fora sustentado pela fase de alto crescimento mundial e pelo boom do preço das commodities. A crise mundial de 2008 havia anunciado o fim desse ciclo, que, no entanto, só se plasmou três anos depois. Em 2012, o crescimento da China caiu pela metade em relação a 2007, arrastando para baixo a América do Sul. Acabava a “década de prosperidade” na qual a região tinha sido bafejada por considerável “viento de cola”, nas palavras do economista franco-argentino Carlos Quenan⁵. O lulismo e os demais governos

³ Camila Bomfim, “MPF quer pena de 386 anos de prisão para Eduardo Cunha e 78 anos para Henrique Eduardo Alves”, G1, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/mpf-quer-pena-de-386-anos-deprisao-para-eduardo-cunha-e-78-anos-para-henrique-eduardo-alves.ghtml>>. Acesso em: 24 fev. 2018

⁴ “A carreira política de Eduardo Cunha”, G1, 7 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/trajetoria-de-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

⁵ Carlos Quenan, “Performances economico-sociales de los gobiernos progresistas en América del Sur en los años 2000: Una

“heterodoxos”⁶ da região tinham navegado numa zona de conforto. Coincidiu de justamente no primeiro ano do primeiro governo Lula terminar “a fase de crises monetárias e financeiras que alcançou sua máxima expressão com a queda da economia argentina em 2001-2”.⁷

O “sonho rooseveltiano” que elegeu Dilma em 2010 sustentava-se na expansão internacional, aproveitada de maneira exemplar por Lula. Em 2011, no entanto, começava uma era difícil e estranha, pois o capitalismo global havia se tornado “ingovernável”, gerando “fenômenos patológicos dos tipos mais diversos”, de acordo com o sociólogo Wolfgang Streeck.⁸ A nova configuração trouxe dificuldades para o conjunto de governos progressistas da região. No Brasil, o ensaio desenvolvimentista ocasionou uma campanha contra o “intervencionismo estatal”, que acabou por ganhar a adesão dos industriais, ironicamente os principais beneficiários da “intervenção”, e da classe média. Dilma reconheceu, depois do impeachment, que avaliou mal a possibilidade de adesão dos empresários a um projeto nacional de desenvolvimento.

Junho prenunciava uma polarização de classes. Greves pipocando e lucratividade em baixa esquentavam a chapa do lulismo. A crença equivocada de ser capaz de diluir o conflito levou Dilma a se referir ao precariado como “nova classe média”, em lugar de tentar atrai-lo para o campo popular. Apenas uma estratégia voltada para unificar a classe trabalhadora poderia criar bases que sustentassem a

transformação apontada pelos ensaios desenvolvimentista e republicano. Em entrevista posterior, Dilma argumentou que o empregado do setor de serviços não se considerava parte da “classe trabalhadora”, e sim da “classe média”. Sociologicamente, talvez tivesse razão. Em termos políticos, porém, essa concepção empurrava a nova classe trabalhadora para os braços do adversário, o PSDB, o partido da classe média.

Na Câmara dos Deputados, o enfraquecimento da presidente impulsionava o “blocão”, agrupamento no qual Cunha ia reunindo os descontentes com cada espanada da faxina republicana. É sabido que, quando a Presidência da República se enfraquece, o fisiologismo fica forte e pode se desencadear uma agitação de tipo golpista (renúncia, impedimento etc.). Assim, o farol amarelo do impeachment começara a piscar já em 2014. Nessas circunstâncias, a falta de experiência política pesou sobre Dilma, que, ziguezagueante, se isolou cada vez mais. Tendo contra si a classe média, bem como o partido do interior, a presidente dependia por completo do campo popular, de acordo com a tríade que rege a política brasileira desde 1945 (segundo procurei mostrar em “Três partidos brasileiros”⁹). Ela não poderia, portanto, trair o único aliado do qual dispunha, o que a deixaria completamente só. No entanto, em reflexo oposto ao que tivera em 2011, quando lutara para cumprir as promessas de campanha, em 2014, Dilma decide ceder à pressão da burguesia para abjurar do

evaluación preliminar”, em C. Ominami (Org.), *Claroscuro de los gobiernos progresistas: ¿Fin de ciclo o proceso abierto?*. Santiago: Catalonia, 2017, p. 43. 5

⁶ Perry Anderson, “Crisis in Brazil”, *London Review of Books*, v. 38, n. 8, 21 abr. 2016

⁷ Carlos Quenan, op. cit., p. 43 (tradução livre).

⁸ Wolfgang Streeck, “O retorno do recalçado”, *piuí*, n. 135, dez. 2017, pp. 44-5. A segunda citação é de Gramsci, conforme aparece no artigo de Streeck.

⁹ No Capítulo 4 do livro “O lulismo em crise”.

desenvolvimentismo, que ela prometera manter na campanha da reeleição. Na mesma noite da vitória, deixa vaziar para a imprensa que buscava um ministro da Fazenda no setor financeiro, negando frontalmente as palavras solenes que pronunciara ao longo da disputa. Em consequência, a expressão “estelionato eleitoral” ficou gravada a ferro na Dilma da fase 2.

O súbito isolamento da presidente acendeu a tentação golpista no PSDB, uma assombração que ronda o partido da classe média por sua dificuldade para ganhar eleições presidenciais, uma vez estabelecido o realinhamento dos pobres com o partido popular. Unido aos pemedebistas Michel Temer e Eduardo Cunha, o tucano José Serra, um dos políticos mais competentes de sua geração, compôs o trio que organizou a derrubada de Dilma. Mas o PSDB, enquanto partido, dividido entre vários projetos, entre eles o de provocar eleições antecipadas, não conseguiu tomar a frente do impeachment, embora tenha dado contribuições decisivas para ele. Na prática, Temer foi o artífice ao mesmo tempo decidido e escorregadio da queda de Dilma. O vice-presidente desenvolveu uma bizarra ambiguidade, que lhe permitia estar nos dois lados (pro-impeachment e anti-impeachment) simultaneamente, mostrando que a política brasileira, às vezes, ultrapassa as leis da física. O curioso estratagema de Temer consistia em declarar em público que ora o impeachment era impensável, ora que Dilma não chegaria ao final do mandato. Apesar de um tanto ridícula e caricata, a letalidade da tática revelou-se superior à de Cunha, que abriu o caminho a tiros, queimou-se e foi parar na prisão, ou à de Serra, afastado do ambicionado ministério

da Fazenda às vésperas da chegada ao poder. Enquanto isso, Temer organizava friamente a coalizão golpista, conquistando aos poucos a confiança do PSDB, do empresariado e da classe média para galgar o gabinete do terceiro andar do Planalto.

Diante do perigo iminente, Lula sugeriu a Dilma fazer concessões logo depois da reeleição. A presidente recusou, insistindo em se confrontar com o pmdb na Câmara dos Deputados. Foi o momento de maior afastamento entre Lula e Dilma, esticando uma corda que começara a dividi-los em 2011. Quando Lula sinalizou, em 2012, que estava disposto a ser candidato em 2014, Dilma fez que não ouviu, pois estava no auge dos seus ensaios. Por que insistiu em se reeleger depois que as condições se deterioraram em 2013-4? Vaidade? Avaliação equivocada de que poderia inverter a tendência e retomar os projetos originais? Tema para futuros pesquisadores.

A vitória de Cunha para presidente da Câmara, em 1o de fevereiro de 2015, contra o candidato do governo, praticamente selou o destino de Dilma. A presidente da República sobreviverá ao último ano acuada no Planalto, sob a sombra do impeachment. No momento em que o pacto entre PSDB e PMDB estivesse pronto, a lâmina desceria sobre o pescoço da mandatária. Talvez Dilma tivesse a crença secreta de que a Lava Jato, correndo por outro trilho, derrubasse Cunha da Presidência da Câmara antes que ele pudesse tirá-la do Planalto. Como tinha se adiantado à Lava Jato, desbaratando o centro nervoso da corrupção na Petrobras, ela não percebeu que a operação liderada por Sergio Moro objetivamente se concentraria no lulismo e Cunha seria preservado até que ela caísse. A possível

confiança de Dilma na salvação via Lava Jato se apoiava também na rejeição de uma parte do empresariado a Cunha. Com efeito, quando Cunha rompe publicamente com Dilma, em julho de 2015, e passa a usar a Câmara para torpedear o ajuste fiscal, há um movimento da burguesia para sustentar a presidente, o que adia por quase um semestre o pacto fundamental entre PMDB e PSDB para derrubá-la. Só que, mantendo o zigue-zague que iniciara em 2014, Dilma tenta várias manobras econômicas erráticas e sai do processo mais isolada do que entrou. Encalacrada, procura Lula em outubro de 2015, quando já era tarde demais.

A presidente se viu, então, diante de um dilema excruciante. Para sobreviver, precisava ceder às pressões do PMDB e arriscava-se a ser jogada na vala comum da política clientelista que tanto combatera. Mas teimando em resistir, permitiria, ao cair, um retrocesso nacional de tamanho imprevisível. Max Weber escreveu que “quem deseje dedicar-se à política” deveria tomar consciência de certos “paradoxos éticos”, pois “se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência”¹⁰. Em outras palavras, lidar com demônios faz parte das obrigações daquele que tem a política como vocação, mas isso não diminui o drama envolvido nas semanas que marcaram o final de 2015.

Aberta a comporta pela aceitação do processo de impeachment em 2 de dezembro de 2015, Temer e Cunha trabalharam “diariamente” pelo impeachment, segundo o depoimento de um operador próximo. Lula e Dilma fizeram o corpo a corpo para o time contrário. Mas o enorme contingente clientelista do bloco

estava fechado em derrubar a presidente (embora uma parte dele lhe promettesse até a última hora o voto para evitar o impeachment). O ensaio republicano cobrava o seu preço, e a hora de comer o prato frio da vingança se aproximava.

A Lava Jato foi decisiva na propagação das ondas antilulistas que arrematariam o impedimento. Sintonizada por meio da mídia, a classe média se mobilizou desde março de 2015 em função dos chamamentos de Curitiba. Moro virou o herói das manifestações de rua de abril e agosto. Nelas, as reivindicações foram afunilando para duas: impedimento de Dilma e prisão de Lula. Em fevereiro de 2016, com a prisão de João Santana, a delação de Delcídio do Amaral, a condução coercitiva de Lula, a condenação de Marcelo Odebrecht e a divulgação de conversas telefônicas do ex-presidente, a Lava Jato radicaliza o processo. Na decisiva manifestação de 13 de março de 2016, os 3,6 milhões de pessoas que se manifestaram em 326 municípios recobriram o golpe parlamentar de um apoio social decisivo para o sucesso da empreitada.

O movimento Não Vai Ter Golpe chegou a organizar passeatas de alguma envergadura, mas a superioridade quantitativa das manifestações pro-impeachment era visível. A fórmula do senador Romero Jucá (PMDB-RR) do “acordo nacional”, “com o Supremo, com tudo” para derrubar a presidente acabou vencedora. No dia 17 de abril, os impediacionistas conseguiram 25 votos além dos necessários para afastar Dilma. O Senado, previsivelmente, confirmou a

¹⁰ Max Weber, *Ciência e política: Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 120. 9

sentença da Câmara em 12 de maio e 31 de agosto.

Ziguezagueante, incompreensível, intempestiva, a Dilma da segunda fase esmaeceu a imagem da Dilma da fase 1. Procuo resgatar as peças de 2011-2, sem omitir as de 2015-6, para que o período fosse apreciado no todo. A presidente da primeira etapa buscou acelerar o lulismo, mas não teve bases para sustentar os avanços que suscitou. Acabou, assim, por abrir a porta para um ciclo regressivo de longo curso. Segundo Trótski: “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”¹¹. A periferia avança “aos saltos”, conclui.¹² Foi um deles que a presidente indicada por Lula ensaiou na primeira etapa do período, caindo no abismo da segunda.

A contraposição a interesses poderosos para dar ao Estado os meios de realizar a integração das partes tocou no nervo da questão nacional. A intenção de remover obstáculos postos ao crescimento e eliminar a dependência em relação ao partido do interior provocou reações fatais. Dilma subestimou o vulcão sobre o qual estava sentada, talvez acreditando na força mágica de uma presidência imperial. O desenvolvimento “irregular” do capitalismo no Brasil faz com que as camadas “modernas” procurem perpetuar a exclusão da parte “atrasada” para que o sistema continue a funcionar como sempre o fez. A especificidade brasileira está em que o setor minoritário da sociedade é amplo o

suficiente para, em determinados momentos, impor vetos. Este é o significado objetivo das manifestações antilulistas de massa entre 2015 e 2016.

As contradições furaram o sonho ideológico da integração rooseveltiana sem confronto, pois a reação fez questão de radicalizar. O vendaval que se gestava desde 2003 ganhou potência, ajudado pelos acertos e erros da ex-presidente. No fim, arrastou a mandatária, despedaçou o lulismo e levou o Brasil para antes do ponto de partida. Quando a ressaca cessar, o quebra-cabeça precisará começar a ser remontado.

Referências Bibliográficas

“A carreira política de Eduardo Cunha”, G1, 7 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/trajetoria-de-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ANDERSON, Perry. “Crisis in Brazil”, London Review of Books, v. 38, n. 8, 21 abr. 2016

BOMFIM, Camila. “MPF quer pena de 386 anos de prisão para Eduardo Cunha e 78 anos para Henrique Eduardo Alves”, G1, 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/mpf-quer-pena-de-386-anos-deprisao-para-eduardo-cunha-e-78-anos-para-henrique-eduardo-alves.ghtml>>. Acesso em: 24 fev. 2018

QUENAN, Carlos. “Performances economico-sociales de los gobiernos progresistas en América del Sur en los años 2000: Una evaluación preliminar”, em C. Ominami (Org.), *Claroescuro de los gobiernos progresistas: ¿Fin de ciclo o*

¹¹ Leon Trotski, *A história da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967, p. 25 (grifos meus).

¹² Ibid.

proceso abierto?. Santiago: Catalonia, 2017.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo Companhia das Letras, 2018.

STREECK, Wolfgang. “O retorno do recalcado”, Piauí, n. 135, dez. 2017, pp. 44-51.

TOCQUEVILLE, Alexis de, O Antigo Regime e a Revolução. São Paulo: Edipro, 2017.

TROTSKI, Leon. A história da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

WEBER, Max. Ciência e política: Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.